

RESOLUÇÃO Nº 0136/2014 - CJ

Dispõe sobre julgamento do auto de infração nº 21991, em nome da empresa Cooperativa de Transportes Escolares e de Turismo Ltda, conforme Processo nº 201000029008117.

A Câmara Setorial de Transportes do Conselho Regulador da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos - AGR, no uso de suas atribuições legais e,

Considerando que o disposto no art. 19, da Lei nº 13.569, de 27 de dezembro de 1999, modificada pela Lei nº 17.268, de 04 de fevereiro de 2011, estabelece que todas e quaisquer questões afetas às atividades de regulação, controle e fiscalização dos serviços públicos regulados, controlados e fiscalizados, apresentadas pelo Conselheiro Presidente serão inicialmente, apreciadas e deliberadas pela respectiva Câmara Setorial, cabendo, da decisão desta, recurso ao pleno do Conselho Regulador;

Considerando o disposto na Resolução nº 005, de 08 de fevereiro de 2008, do Conselho de Gestão da AGR, que trata da regulamentação da prestação dos serviços especiais do transporte coletivo rodoviário, intermunicipal de passageiros do Estado de Goiás, o cadastramento de seus operadores e as formas de licenciamento;

Considerando que o interessado apresentou defesa e, levando em conta a manifestação técnica a qual é adotado na íntegra como razão de decidir, cuja fundamentação e conclusão passam a ser parte desta decisão;

Considerando que a empresa Cooperativa de Transportes Escolares e de Turismo Ltda, infringiu o art. 53, inciso IX, da Resolução 005/2008-CG, por não portar no veículo durante a viagem o comprovante de vínculo do motorista com a autorizatária, no percurso Caldas Novas/Goiânia, foi autuada em 14/12/2010, nos termos do auto de infração nº 21991;

Considerando a decisão da Câmara Setorial de Transportes, em reunião realizada em 30/01/2014,

R E S O L V E:

Art. 1º Anular o auto de infração nº 21991, em nome da empresa Cooperativa de Transportes Escolares e de Turismo Ltda, pela irregularidade da lavratura do auto de infração.

Art. 2º A decisão de que trata o art. 1º desta resolução será objeto de reexame e deliberação pelo Conselho Regulador, nos termos do § 8º, art. 19, da Lei nº 13.569/1999, acrescido pela Lei nº 18.101, de 17 de julho de 2013

Art. 2º Esta Resolução entra em vigor na data de sua assinatura.

Câmara de Julgamento da Agência Goiana de Regulação, Controle e Fiscalização de Serviços Públicos, em Goiânia, aos 30 dias do mês de janeiro de 2014.

Luiz José de Oliveira Júnior
Coordenador

TJAB